

DOCUMENTO

Em nome de beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX

Beatriz Gallotti Mamigonian¹

O documento que ora se publica revela um projeto de intervenção urbana em Desterro elaborado pelo presidente da província de Santa Catarina e apresentado à Câmara Municipal da capital em 1846 que pouca atenção recebeu de historiadores, geógrafos e urbanistas. Trata-se de um plano para embelezar a linha do mar da cidade que previa um grande aterro, três novas praças, duas novas ruas e cais com gradil de ferro ao longo de quase toda a extensão do mar na baía sul. Além de insinuar a existência de divergências entre os poderes públicos a respeito das intervenções na cidade, o documento revela o espírito das preocupações urbanas na metade do século. A comodidade e a estética (ainda não a salubridade) eram usadas como justificativa para obras no espaço público.²

Desterro era uma das principais praças comerciais do sul do Brasil. Por seu porto passavam com destino ao porto do Rio de

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Waterloo, Canadá. A pesquisa havia sido desenvolvida em 1992 como trabalho de conclusão do bacharelado em História pela UFSC e projeto de Iniciação Científica do CNPq.

² O documento e o mapa encontravam-se separados. O documento encontra-se no Arquivo Público de Santa Catarina (APE/SC), Registro da Correspondência Oficial com Câmaras Municipais (vol. 1846-1847), ofício de 27/11/1846. Uma cópia do mapa acha-se anexada em HÜBENER, Laura Machado. "O Movimento Comercial do Porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX." Tese de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 1979. Agradeço a Walter Plitt Quintin pela preparação do mapa para publicação.

Janeiro as mercadorias produzidas nas regiões próximas ao litoral da província. Santa Catarina tinha uma economia subsidiária, fornecendo farinha de mandioca, feijão, milho, couro e madeiras para as regiões que produziam para o mercado internacional. O núcleo urbano era constituído pela área em torno da Igreja Matriz e por alguns eixos principais de circulação. Paralelas ao mar e ao porto, as ruas Augusta e do Príncipe (atuais João Pinto e Conselheiro Mafra) concentravam o comércio atacadista e varejista e as sedes das companhias de comércio. Na praça, além da Igreja Matriz ficavam o Palácio do Governo provincial, a Câmara Municipal, outros edifícios oficiais e alguns residenciais e comerciais. Outras ruas levavam aos fortes, às fontes de água e às outras freguesias da ilha. A pouca distância do núcleo principal de maior concentração das construções, haviam chácaras de propriedade de famílias abastadas da cidade e sítios voltados à agricultura de subsistência. A população da cidade não passava de 8.000 habitantes em 1850, quando no Rio de Janeiro a população girava em torno de 200.000.³

O ofício do presidente da província Antero Ferreira de Brito à Câmara Municipal de Desterro se situa no contexto de um prolongado debate público acerca de pequenas e grandes obras a serem realizadas na cidade. Naquela época em que poucas ruas eram calçadas ou iluminadas, a proposta de um grande aterro, de praças e cais com acabamento em ferro não pode ter deixado de parecer grandiosa. Antero Ferreira de Brito havia feito carreira militar, exercido postos de comando militar no executivo na Corte

³ Sobre Desterro (que passou a se chamar Florianópolis em 1894) no século XIX, ver CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro: Notícia. Vols. 1 e 2. Florianópolis: Ed. do autor, 1971; CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro: Memória. Vols. 1 e 2. Florianópolis: Ed. do autor, 1972; HÜBENER, Laura Machado. O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981; VEIGA, Eliane Veras da. Florianópolis: Memória Urbana. Florianópolis: Ed. da UFSC/Fundação Franklin Cascaes, 1993. Desta última tirei a estimativa da população de Desterro. A estimativa da população do Rio de Janeiro em 1850 encontra-se em KARASCH, Mary C. Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.

e tido uma breve passagem como presidente da província do Rio Grande do Sul antes de assumir o posto de presidente da província de Santa Catarina em junho de 1840, aos 53 anos.⁴ O que ele propunha, uma série de obras a serem realizadas a médio prazo, demonstrava uma visão de conjunto e uma preocupação urbanística com a cidade que as elites locais pareciam não ter. Ao nível dos interesses locais, representados pela Câmara Municipal, as preocupações urbanas eram mais imediatistas.

Havia mais de uma década que se discutia a localização para a construção de uma praça de mercado para a cidade; o prédio substituiria as barraquinhas colocadas junto à praia que para a visita do Imperador Pedro II à cidade em 1845 haviam sido transferidas de perto do largo do Palácio para perto do forte de Santa Bárbara. Em 1838 o engenheiro Sepúlveda Ewerard havia sugerido que se construísse um prédio para o mercado na marinha entre as esquinas das ruas do Livramento (atual Trajano) e do Ouvidor (atual Deodoro), que teria como acabamento um cais “assombrado d’arvoredo e ornado d’assentos” como um passeio público. Ewerard buscava para Desterro “uma perspectiva admirável até das mais avantajadas povoações d’Europa!”⁵ Não só a falta de recursos mas também a priorização de interesses particulares se contrapunham aos desejos de embelezamento e ordenação. Antero Ferreira de Brito tentou com o plano de 1846 demover a Câmara Municipal (que representava os interesses dos comerciantes da cidade) da idéia de trazer de volta a venda dos gêneros alimentícios para perto do largo do Palácio, mas a história conta que ele não conseguiu. Entre 1848 e 1850 foi construído o prédio da primeira praça de mercado de Desterro justamente no largo do Palácio, junto ao mar (onde hoje fica a praça Fernando Machado).⁶

⁴ PIAZZA, Walter F., ed. Dicionário Político Catarinense. Florianópolis: Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1985, p. 112.

⁵ APE/SC. Livro dos Engenheiros (vol.1, 1830-1845). Ofício de 21/02/1838.

⁶ Para a história da construção do primeiro mercado, ver além de CABRAL, O.R. Nossa Senhora do Desterro: Notícia, Vol. 1, pp. 78-90, SILVA, Nivaldo Jorge. A Descoberta do Mercado Público.

O plano do presidente Antero aqui transcrito e ilustrado deve ser visto como reflexo do desejo ordenador e embelezador da administração imperial. De leste a oeste, cobria quase toda a perspectiva da cidade vista do mar. Propunha uma praça pública no lugar perto do forte de Santa Bárbara (onde fica a Capitania dos Portos) que serviria para embarque e desembarque na parte leste da cidade. A abertura da rua do Imperador, um dos pontos mais importantes do plano, uniria o cais de Santa Bárbara até o do largo do Palácio. Para sua construção, o presidente Antero esperava contar com o auxílio dos proprietários das edificações costeiras, que fariam cais atrás de suas casas, e da Câmara que se ocuparia da embocadura das ruas. A oeste do largo do Palácio haveria a Praça do Príncipe, na praia compreendida entre as ruas do Livramento e Paz (atuais Trajano e Jerônimo Coelho), uma nova rua denominada da Princesa, entre a rua da Paz e a das Flores (atuais Jerônimo Coelho e Pedro Ivo) e a Praça das Flores entre as rua das Flores e a do Segredo (hoje ruas Pedro Ivo e Bento Gonçalves), todas com cais gradeado e rampas. O presidente Antero se preocupava com alinhamento, com bom acabamento da vista do mar da cidade e também com a funcionalidade sugerindo rampas, cais, portões e trapiches. Estas preocupações estéticas possivelmente abarcavam a questão social: tratava-se de ordenar o espaço para torná-lo mais “civilizado” e atraente aos visitantes.

Deve-se destacar neste plano o projeto para um grande aterro que só foi se concretizar um século depois. O presidente Antero sugeria que se aterrasse desde Santa Bárbara até “pouco além da ponte da Bica” (o que deve corresponder hoje ao local onde fica o Hospital Militar, na Prainha), superando o projeto já aprovado em 1842 pela Assembléia Provincial, que compreendia aterro desde o alinhamento da continuação da rua Augusta (João Pinto) até a subida do Menino Deus (Hospital de Caridade). Tratava-se de uma área alagada que se gostaria de ver drenada e ocupada, compreendendo a foz do Rio da Bulha (hoje canalizado na avenida Hercílio Luz) e a área de escoamento de diferentes regatos dos morros vizinhos. Projetava para aquela parte

Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público de Florianópolis, 1996.

“espaçosas ruas, praças públicas e propriedades de valor pela aproximação do mar.” Talvez visse a possibilidade de se fazer ali uma urbanização diferente da que se tinha na cidade até então. Via o projeto como um empreendimento a médio prazo, mas insistia que deveria ser começado a despeito das dificuldades financeiras. Sugeriu mesmo que a empresa pudesse ser cumprida por uma associação de particulares, mas realisticamente propôs a colaboração entre os poderes públicos nos níveis municipal e provincial. O projeto de aterro para aquele espaço representava a intenção de uma grande intervenção na paisagem daquela parte da costa.

Testemunho de um momento das preocupações urbanas relativas a Desterro, este documento remete ao estudo da urbanização e das preocupações urbanas no Brasil oitocentista. Testemunho também de uma época em que poucas intervenções haviam sido feitas na paisagem, este documento nos leva a discutir a mudança na conformação da linha do mar da cidade ao longo do tempo.

Plano de embelezamento da linha do mar de Desterro, 1846

Fonte: Ofício de Antero Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina à Câmara Municipal de Desterro (27/11/1846), Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Correspondência Oficial com Câmaras Municipais (vol. 1847/1848), fls. 151-154.

Para a Câmara da capital

Com a maior satisfação remeto aqui incluso o mapa, que lhes tenho prometido e que V.m^{es} solicitaram sobre novos alinhamentos e vários meios de embelezar a frente do mar desta Capital; e nutro bem fundadas esperanças de que V.m^{es} se prestarão a concorrer comigo nos maiores esforços afim de fazermos algumas coisas úteis aos seus munícipes. Na verdade será preciso tempo e meios para se levar a efeito parte do projeto que apresento; contudo deve-

se delinear e preparar com muita antecedência; pois é claro que se agora o não fizermos, impossível se tornará depois de passados anos. Passarei agora a explicar a V.m^{es} o que tenho em mira, e estou certo que, com o mapa à vista, serei bem compreendido. A Lei Provincial n° 170 de 2 de maio de 1842 autorizou a Presidência a facultar o aterro do terreno, que em seguimento da rua Augusta se estende até o Menino Deus; com efeito ele foi alinhado e demarcado ao prolongamento da dita rua; porém desde então até hoje ainda não se aterrou um só palmo; e nem será possível esta empresa para particulares, visto que é gigantesca; e aterrar isoladamente; além de dispendioso é mesmo impossível: poderá conseguir-se por meio de uma associação, porém este sistema entre nós não é dominante: é gosto por ora só peculiar de outros países, que se tem elevado às grandezas por meio de empresas a que se propõem: seja como for, o certo é que há mais de quatro anos nada se tem feito no sentido de preencher as vistas da Assembléia Provincial, manifestadas na citada Lei n° 170.

Talvez se suponha um contra-senso propor ainda coisa mais gigantesca; eu o faço e julgo melhor e mais exequível avançar o alinhamento da continuação da rua Augusta até as letras AA unidas pelo traço tirado desde Santa Bárbara até pouco além da ponte da Bica.

Esta empresa não deve ser particular e sim municipal; e a julgo exequível, e até vantajosa às suas rendas: a superfície que abrange aquela dita linha AA é imensa; depois de aterrada a expensas e diligências municipais e da Presidência, deve lhe pertencer para aforar ou vender, e toda essa marinha será reservada para logradouro público: o terreno alagado é em partes muito baixo, e em outras muito espraçado: o primeiro serviço a fazer-se é correr-se uma estacada de paus próprios, e bem unidos seguindo a dita linha AA, ficando somente onde se indicar, uma entrada por onde passarão as embarcações ou lanchas a despejarem os lastros de seus navios o mais próximo da rua do Menino Deus. Esta linha de estacas não só serve para conter os lastros, como as areias e terras que se precipitam ali das montanhas vizinhas, pelos diferentes regatos. O tempo será um grande auxiliar, além das nossas diligências; e sobretudo muito devemos esperar da Assembléia Provincial em favor desta idéia, que, com alguma perseverança, se

pode realizar; e então terá a Câmara Municipal e este povo a satisfação de ver aquela superfície formada em espaçosas ruas, praças públicas, e propriedades de valor pela aproximação do mar.

Passo agora a chamar a atenção de V.m^{es} sobre a necessidade de se formar uma praça pública no lugar perto do Forte de Santa Bárbara, e com esta denominação; é indicada pelas letras BB. Se se conseguir a desapropriação de um terreno e três prédios arruinadíssimos ficará uma sofrível praça, e muito necessária por não haver naquelas imediações outro ponto para embarques e desembarques.

Relativamente à projetada rua denominada do Imperador, já fiz saber a V.m^{es} o que convinha; mas eu o repito.

Há muitos tempos que eu tinha concebido esta idéia: visitei por vezes todos estes lugares; e quando eu estava convencido da facilidade, e mesmo necessidade de uma tal rua, tive ocasião em uma dessas visitas de saber sobre o cais das propriedades da viúva D. Maria Luz, e por via de seu filho o cidadão José Maria da Luz, vereador da Câmara Municipal, que aquele cais e outros quando a Câmara permitiu que se fizessem foi com a condição de passar por ali uma rua.

Tive o maior prazer com esta notícia, e desde então principiei a saber que os proprietários desejavam ver verificada esta idéia, já amortecida desde 1836: pelo officio de 5 de outubro do corrente, da Câmara, e termos que ajuntou, fiquei inteirado do ocorrido desde aquela data.

Esta rua traçada por uma reta do cais de D. Maria Luz e o de José Maria do Valle dará o alinhamento marcado com as letras CC. Os proprietários farão, como desejam, cais fortes em frente de suas casas; a Câmara Municipal cuidará em fazer o mesmo nas duas embocaduras das ruas. Todo o cais será guarnecido de um gradil de ferro forte e simples, todo do mesmo padrão. Cada proprietário poderá ter em frente de sua casa uma cancela de ferro do mesmo padrão que poderá abrir para comunicar com o mar por uma ligeira escada também de ferro, cuja cancela somente abrirá no momento de se servirem por ela. Se todos os proprietários se ligarem para fazer o cais em comum, deve custar muito menos do que fazendo-o cada um isoladamente.

Segue-se a praça de Palácio e praia: não há quem não reconheça e clame pela construção de um cais em frente da praça. Este cais

deve ser levado ao nível do de D. Maria Luz, e alinhado para o mar por uma reta tirada do mesmo cais ao da Alfândega, e terá aos lados duas rampas espaçosas para a servidão pública, e será como a rua do Imperador guarnecido também de um gradil de ferro do mesmo padrão. A Casa da Alfândega que se houver de edificar deve avançar para o mar até o alinhamento dado. Feita a estacada como já disse à Câmara, e a base de cabeços, o mais se poderá gradualmente fazer; mas sem principiar, nada se levará ao cabo. Como já prometi posso atualmente e desejo coadjuvar os esforços e boa vontade da Câmara Municipal.

A praia compreendida entre as ruas do Livramento e Paz em as letras DD formará a praça denominada do Príncipe que um dia será guarnecida por um cais que desenfie com a rua do mesmo nome, e terá as convenientes rampas.

A rua do Príncipe [sic]* indicada pelas letras EE será bordada de um cais e este guarnecido de um gradil de ferro de maneira já por mim explicada, com cancelas; haverá rampas onde se puder dar essa comodidade na desembocadura das ruas, porém sem prejudicar a largura, que já lhe foi indicada de 50 palmos. Já fiz saber à Câmara que pode continuar a permitir a construção de trapiches, que sejam de sotéas, pelo mesmo padrão, e no mesmo alinhamento, pois sendo assim podem embelezar a frente do mar, sem afrontarem as ruas.

A praia compreendida pelas ruas das Flores e Segredo, indicadas pelas letras FF formará a praça denominada das Flores, que virá a ser mui linda se conseguir-se desapropriar cinco casinhas arruinadas e um terreno, e se um dia se puder ali fazer um cais, ou pelo menos correr-lhe uma boa rampa. A face com frente à praça é tortuosa; mas o novo alinhamento indicado no mapa faz recuar uma casinha velhíssima e parte de um muro também arruinado. As letras GG mostram a rua da praia da Figueira, que o seu alinhamento deve avançar algumas braças na esquina da do Iguape, e que a esquina da do Segredo deve um dia avançar parte e recuar outra à entrar no novo alinhamento.

* Refere-se ao projeto da Rua da Princesa, indicado no mapa.

Convém que a Câmara previna aos proprietários das casas apontadas para se desapropriarem, que de ora em diante não lhes façam reedificação até que se resolva sobre a dita desapropriação. Concluo declarando a V.m^{es} que sinto o maior prazer em aceitar a responsabilidade que possa resultar na execução deste projeto, no qual não se ataca interesses particulares, e muito pelo contrário duplicarão em valor os prédios que forem nele compreendidos. Algumas coisas do projeto podem sem dúvida ser feitas com pouco custo, e em pouco tempo; porém outras na verdade precisam tempo, e despesas; mas partindo já, ainda que lentamente, lá chegaremos; e pelo contrário se vacilarmos tornando-os indecisos, ou recuarmos por qualquer contrariedade, ou oposição que possa dar-se, pela minha parte ficarei profundamente penalizado e descontente por não poder conseguir fazer ao público os benefícios que ele espera, e que é do dever de quem administra os povos prodigalizar-lhes.

Deus guarde a V.m^{es}.

Palácio do Governo de Santa Catarina em 27 de novembro de 1846
Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província

S^{res}. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal desta Cidade.

